

<b>56ª REUNIÃO ORDINÁRIA CGCAP</b>		
<b>Assunto:</b> PAC 2018	<b>Data:</b> 17/01/2018	
<b>Local:</b> SALA MULTIMIDIA ICMBIO	<b>Início:</b> 9:30	<b>Término:</b> 12:00

## 1. Participantes

Nome	Área	Cargo
Silvana Canuto Medeiros	DIPLAN	Diretora
Thais Ferraresi Pereira	CGGP	Coordenadora-Geral Substituta
Flavia Cristina G. de Oliveira	CGPLAN	Coordenadora-Geral
Gustavo Costa Rodrigues	CGFIN	Coordenador-Geral
Paulo Roberto de Araújo	CGATI	Coordenador-Geral
Ricardo Brochado Alves da Silva	CGCAP	Coordenador-Geral
Pedro de Castro da Cunha e Menezes	CGEUP	Coordenador-Geral
André Luiz Martins Alamino	CGPRO	Coordenador-Geral Substituto
Mara Carvalho Nottingham	CGPT	
Daniel Santana Lorenzo Raíces	CGCON	Coordenador-Geral
Ana Lisa de Faria Bacelar Schittini	CGPEQ	Coordenadora-Geral Substituta
Roberta Freitas de Rezende Souza	DGEM	Coordenadora-Geral
Ramilla Correa Rodrigues	DCOM	Chefe Substituta
Marina Pinheiro Kluppel	ACADEBio	Chefe

## 2. Pauta

Nº	Resumo dos Relatos
1	<p><b>ABERTURA</b></p> <p>Thais faz a abertura da Reunião Deliberativa sobre o Plano Anual de Capacitação – PAC 2018. O objetivo da reunião é sair com o encaminhamento das capacitações de 2018. A planilha final foi disponibilizada no SEI mas considerando a não entrega à tempo da CGCAP, apresentaremos agora a planilha com as complementações do Ricardo Brochado.</p> <p>Destacou-se a necessidade de se fazer cortes de cursos/custos para a publicação no início do ano. Até o momento, o que foi consolidado e apresentado no sei, constatou-se um valor acima do dobro do que temos de recursos disponíveis para 2018.</p> <p>Silvana apresenta os diversos desafios para 2018, considerando conquistas e decisões tomadas em dezembro de 2017, como a regulamentação da Medida Provisória de 01 de dezembro de 2017; Contratações Temporárias; Fundo Privado; Parecer da PFE que a área técnica produziu; Normativas já canceladas pela PFE; como também informa sobre o Contrato de Gestão – Unidade Escola: documentos já efetuados, estudo já analisado pelo ministério do planejamento, já estão preparando as respostas da primeira devolutiva do Ministério do Planejamento.</p> <p>Destacou que somos modelos no âmbito do novo processo de contrato de gestão e que o MDIC chamou o Icmbio pois é modelo para a publicação. Cada área do instituto está animada com cada novidade que surgiu no final do ano, existem possibilidades de conquistas com as diversas Emendas a Medida Provisória – e que existe uma emenda proposta pelo Icmbio no sentido de nos dar condições de segurança jurídica em relação as concessões. A MP: era condição legal para a questão de segurança jurídica mas, tivemos que relevar para que ela saia logo. Hoje estamos com essa emenda para enfatizar a necessidade do processo de segurança. E a Área de fiscalização está procurando novas tecnologias para melhorar nossos processos e ações. Esta ações e as diversas inovações que estão ocorrendo garantem uma melhoria constante em nossa gestão. Desta</p>

maneira, a continuidade de uma gestão integrada é essencial para continuarmos as nossas conquistas e irmos longe em nossas proposições. É na capacitação que a gente se reforça e que conseguiremos alinhar os nossos propósitos institucionais. Nós que sabemos vislumbrar o futuro, então temos que seguir com nossas metas e objetivos.

Thais - Pacto para deliberações: apresentação dos cursos, cada área técnica elencou as prioridades dos seus cursos, sendo que os de Execução Obrigatória - EO não serão citados para questão de deliberações. Vale destacar que 90% da planilha de custos está com os cursos priorizados com 1. A ACADEBio recordará para nós quais são os cursos demandados pelos Servidores por meio do Levantamento de Necessidades de Capacitação - LNC. Vale a área técnica informar se os recursos previstos são totalmente Recursos Orçamentários ou se o previsto também existe investimentos de parceiros. Destacou-se que existirá um momento de destinação/previsão de recursos para demandas espontâneas.

Apresentação Marina: a ACADEBio teve uma ação mais direta com as áreas técnicas para consolidação dos dados. As planilhas básicas estavam com alguns problemas mas, a Ana Paula conseguiu consolidar e tentar aproximar ao máximo os valores reais do evento. Esse é um exercício de estimativa, é importante sabermos quanto que custa as nossas ações de capacitação. As escolhas foram necessárias para não tornarmos mais complexas. Exemplo: cursos com aulas práticas, estes não foram contemplados no cálculo de estimativa. Foi uma decisão por verificar a complexidade de cada curso e a certeza de uma alteração no valor final bastante significativa. Se tivéssemos que inserir as aulas práticas na planilha demoraria mais tempo para apresentação dessa planilha do que foi colocado na reunião do final de ano. Não foram inseridos algumas questões de diárias que as vezes são possíveis para alguns cursos fora da ACADEBio. Sendo importante destacar que hoje focaremos a reunião no exercício de 2018. E enfatizou a importância do planejamento da área pois a análise fica mais real, um exemplo disso foi a inserção de algumas demandas espontâneas certas e previstas, com valores exatos dos custos.

Dúvidas Custos de Instrutoria e coordenação: Como podemos calcular se será pago ou não GECC para cursos externos. Caso seja para sociedade ou municípios. Foi esclarecido que os servidores só poderão receber o que é curso para servidores somente. Em caso de turma mista dependerá se a maioria for servidores. A mesma coisa da brigada, pois se o curso é para municípios não se pode pagar GECC. Algumas ações de Execução Obrigatória, existem algumas com custos de recursos orçamentários e isso tem que ser inserido.

- 2 APRESENTAÇÃO PLANILHA DE CUSTOS 2018: (Leitura curso por curso)
- CGCAP: No caso dos Cursos Capacitação para elaboração de planejamentos específicos relacionados ao plano de manejo e capacitação em planejamento estratégico para uso de recursos naturais, com base na experiência do USFS e do NPS, os recursos de passagens e deslocamentos, como também para o pagamento de instrutores externos, serão efetuados por outros parceiros.
- CGATI: Ok. Os cursos são necessários e essenciais para todos. O curso de Gestão Orçamentária, Financeira e de Contratos deve ser efetuado nas UAFFs, principalmente por conta das mudanças ocorridas e que em 2017 não conseguimos atingir essas UAFFs. O curso de pregoeiro é essencial, pois não temos pregoeiros formados, os que temos ou aposentaram ou estão se aposentando, assim, a ideia é contratar um instrutor e capacitar todos os novos servidores pois daqui a pouco não teremos mais pregões. Ou seja, sem pregoeiros não seremos capazes de fazermos nenhuma nova contratação. Destacou-se a importância de colocar tal curso como Execução Obrigatória.
- CGPT: Faltou o curso da Pesca. Existe um recurso pela Terra Mar. Assim a planilha deve ser alterada e esse curso ser inserido para 2018, valor previsto de R\$100.233,80, sendo que são recursos de projeto parcial. Os cursos da CGPT é uma demanda forte que apareceu em 2016, e que não foi atendida em 2017. Então, vale destacar a importância na execução dos mesmos.
- Pesquisa e Monitoramento – DIBIO (CGPEQ): O curso de ferramenta do SISBio fica para 2019. Os cursos com locais de UC, depois da linha do tamar, são cursos para não servidores então não haverá custos no PAC. Os cursos que deverão aparecer na planilha só deveriam ser cursos para servidores, assim será verificado se os cursos apresentados são para servidores ou não. Tirou-se o curso de capacitação – subprograma/ CEPENE Caravelas. Os cursos do SISBio tornou-se prioridade 1 e não é mais EO considerando que terá custo de instrutoria. Todos os cursos de marinho e costeiro poderão ser excluídos. Os que tem UC de Igarapés e os outros deverão ser mantidos. Curso de Licenciamento EAD (Fátima) que terá um curso sem custos e existirá outro com custos. Estes deverão ser inseridos na planilha final a ser encaminhada até amanhã, e deverão ter uma justificativa bem elaborada para a defesa em mantê-los no PAC.
- CGPLAN: Curso de Gestão de Projetos é demanda espontânea e já está sendo negociado.
- CGPRO: Oficina de Caça é somente hora/aula. Oficina e Capacitação, recursos via ARPA, mas ainda não temos resposta. Só teria custo ACADEBio e hora/aula instrutor. Curso Marinha – Custo

somente hora/aula. Renovação de porte de arma é execução obrigatória. A maioria dos custos foi solicitado apoio do ARPA. A parte marinha é garantido apoio ARPA. Cursos de Fiscalização tem apoio USAI mas, têm hora/aula a serem pagas com recursos orçamentários. Para os cursos que estamos demandando o apoio ARPA e ainda não obtivemos respostas, se tiver o apoio ARPA confirmado todos os custos poderão ser reduzidos consideravelmente. CURSOS: caça, fiscalização de caça, geo para fiscalização e google Earth entrarão no PAC mas somente com a hora/aula e correr atrás para apoio ARPA.

CGEUP: A maioria dos cursos sem custos ICMBio, somente alguns casos de hora/aula de instrutoria. Curso de Planejamento e Manejo de trilhas é para capacitar os instrutores do ICMBio. É válido colocarmos como CFI específico pois haverá necessidade de portariar os instrutores formados. O curso de planejamento da visitação foi um dos demandados pelos servidores. (Ressaltou Marina)

COTEC: Retirar os cursos de demanda espontânea considerando que não havia custos apresentados. Será visto outra estratégia para atender essa necessidade. É importante um maior amadurecimento dessa demanda. (Decisão proposta pela Silvana)

CGFIN: Alterar quantidade de vagas para o curso de Concessões e Parcerias.; A pós de concessões reduzir para uma vaga. Na questão da especialização de gestão orçamentária pode ser reduzido a 1 vaga caso seja necessário ter um corte.

Inserir uma pessoa da CGPT no curso de Excel Básico e Avançado. Mais para o Avançado do que para o Básico. Mais ou menos por pessoa 1.700,00 reais. Decidiu-se continuar com as 12 vagas previstas sendo que 2 vagas serão para a CGPT.

DGEM: uma capacitação dividida em 4 módulos. No LNC de 2016 foram destacadas diversas necessidades dos servidores e com essa capacitação atenderá grande parte das necessidades. Analisando essa priorização dos colegas e considerando que essa foi uma demanda de 2016 não executada em 2017 é importante se tornar EO. Eram 5 módulos com consultoria externa. Agora são 4 módulos com instrutoria do ICMBio, assim podendo atender vários servidores do instituto. Prevê-se ganhar escala esse ano capacitando 25 servidores da casa. Esse curso será de 15 mil reais por servidor. O que é caro são as passagens aéreas. Uma das mudanças é trazer a avaliação do trabalho aplicativo desde o primeiro módulo, trazendo desde o início o trabalho de transformação de realidade local. O trabalho aplicativo não estará incluindo nos custos. Sugestão do Ricardo: que contemple o valor do trabalho aplicativo, pois é quase um voluntariado e a maioria das vezes é fora das 40 horas semanais. Não foi contabilizado nessa planilha a oficina de instrutores, e assim solicitou-se acrescentar mais 15 mil reais para realização da oficina de planejamento de instrutores. O curso começa em abril e termina em dezembro. Dias de aula igual a 25, assim a Silvana destacou a importância de trazer gente de fora. Foi esclarecido que terão convidados/palestrantes/instrutores voluntários (Absolutamente voluntários).

CGTER: Não havia representante presente na reunião. No curso de EAD foi inserido tutor mas a planilha não fez o cálculo. Os custos da CGTER estão subestimados, a única coisa que custará é a parte de coordenação (primeiro curso), já no caso da segunda parte, esta será custeada pelo PNUD. A temática do Geoprocessamento é um dos mais demandados na LNC então vale dar uma importância nesses cursos propostos.

CGGP: Retirar o curso de aperfeiçoamento - CFI, e ampliar a quantidade de alunos no CFI semipresencial. Existirá o CFI presencial (1º semestre – Turma 1), e o CFI Semipresencial (2º semestre – Turma 2).

CGSAM: Considerando a necessidade de uma parada para ajustes e melhorias foi informado que o ciclo de gestão socioambiental, não terá novas turmas do GSA para o período de 2018 e 2019. Em relação aos outros eventos, estes são menores, pois são oficinas de planejamento, programa de voluntariado ou elaboração de plano de capacitação. Os dois primeiros não poderão ser suprimidos, mas, serão executados no segundo semestre. Sugeriu-se então não ser publicados no PAC, e na reunião de meio termo do CGCAP retornarmos com eles para analisar a possibilidade de execução. Destacou-se que os dois primeiros são custos ACADEBio e mais contratação externa. Destacou-se que tudo que tiver Amazonia subtende-se o apoio possível da USAID.

Comentários Extra: Observou-se que não há em nenhuma coordenação e nem em temas transversais o Curso de Geoprocessamento Básico. Solicitou-se que a ACADEBio encabece essa temática fazendo-a como uma formação unificada e alinhada com a nova política de geoprocessamento. Solicitou-se a inserção do Curso de Geoprocessamento Básico como um tema transversal, pediu-se que a ACADEBio ative o grupo de Geo e faça uma reunião de instrutores pois além do curso tem que ser previsto uma Oficina de planejamento.

A ACADEBio destacou que os instrutores de Geo em 2017 fizeram um movimento bem grande. Foi levantada essa situação de não ser representado por uma área no CGCAP. Assim, foi sugerido numa reunião do GT de Geo em 2017 que a Carla Lessa como membro do CGCAP e do GT de Geo deveria tentar defender essa temática. Mas, a ACADEBio enfatizou que já conta com a parceria

	<p>dos instrutores. Independente dessa colocação, foi demandado que a ACADEBio assumisse essa responsabilidade, ativasse a rede e representasse essa temática com mais ênfase nas reuniões pois queremos menos respaldo e mais execução. Além disso foi demandado à DGEM que pegasse a proposta da Política de GEO e levasse para a reunião estratégica para deliberação.</p> <p>DCOM: Curso porta vozes, EO. Consultoria Midia Training. Necessidade de curso presencial, além da proposta de EaD.</p> <p>Cursos Transversais: Gestão de Conflitos pessoais e interpessoais – curso importante, com 3 módulos, apoio Ipê. Não está incluso na planilha os custos do consultor. É uma rede de apoio para mediação de conflitos para o instituto como um todo. É para pararmos de enviar tudo para comissão de ética e PFE. É importantíssimo fazer esse trabalho de mediação antes de passar para a comissão de ética pois quando vai para a comissão ou PFE sempre existirá um perdedor. É uma ferramenta de gestão essencial que permite uma melhoria institucional. Os conflitos as vezes se dão principalmente por não termos valores incorporados na casa, e por todos. As pessoas que romperem esses valores estão fora. Hoje os valores são somente para o planejamento estratégico e nenhum servidor sabe quais são esses valores e nem os consideram como valores realmente intrínsecos as suas atividades. É importante termos valores que são necessários e incorporados. Inicialmente o curso será para esse grupo estratégico que depois definirá como disseminar isso para outros setores. Essa ação vai muito além dos procedimentos internos, ela impacta também muito na capacidade de execução de trabalho. É muito grave o que vem acontecendo. Algumas vezes não sabemos até que ponto é legítima uma ordem, por exemplo.</p> <p><b>CONCLUSÕES:</b></p> <p>Sem enxugar a planilha verificamos que o valor total está acima do previsto. Sugeriu-se assim abrir mão das coisas que são só para o segundo semestre e que enviaremos a planilha com os modificados de acordo com o exposto na reunião, inclusive das demandas espontâneas previstas e apresentadas. Sendo que, quem não previu demanda espontânea não poderá inserir mais. Ou seja, não haverá nenhuma demanda espontânea fora do que está previsto no PAC no primeiro semestre pois não teremos recursos para executá-las. Assim, na reunião de meio termo essas demandas deverão ser previstas e apresentadas. Logo, até amanhã, 18/01, serão encaminhados os ajustes da planilha de custos.</p> <p>Após as conclusões a Dibio, trouxe a Dúvida, sobre demandas com participação de eventos e congressos. Esclareceu-se que essas são consideradas demandas espontâneas, e que a partir da deliberação final, só serão analisadas no segundo semestre. O mesmo serve para o CBOOK, que apesar de ter algumas previsões, podemos considerar que é parcialmente demanda espontânea.</p>
3	<p>OBS: Thais sugeriu a possibilidade de que exista uma consolidação e planejamento dos projetos com recursos externos. Pois hoje está ainda muito bagunçada principalmente pelo motivo de que cada projeto tem especificidades que devem ser analisadas e conhecidas tanto pelos executores como pelos gestores. Além disso, os próprios parceiros devem conhecer também as limitações do ICMBio no que concerne a execução de alguns recursos.</p> <p>Flavia – o ponto focal técnico tem que ser mais cauteloso e ficar atento nisso. Silvana – temos que passar para todos o que pode e o que não pode ser feito em cada projeto. Deve-se orientar os pontos focais técnicos o que é possível ou não. Existem coisas aceitáveis e outras não. Exemplo: não é aceitável que o servidor receba diária para ministrar cursos ou receber cursos na ACADEBio. Não pode também fazer química ou seja jeitinhos para receber recursos. De qualquer maneira sugere-se que seja feita uma orientação geral para todos os projetos, colocando claramente o que pode ser feito ou não.</p>
4	
5	